

Sexo, Mulher e Punição. A Sexualidade Feminina numa Instituição Penal **3**

Maria do Amparo Rocha Caridade¹

RESUMO

CARIDADE, M. A. R. Sexo, mulher e punição. A sexualidade feminina numa Instituição Penal. R. B. S. H. 2(1): 1991.

A vida sexual em prisões não tem constituído uma preocupação social. A abstenção do sexo nesses contextos parece entendida como fato natural, integrando a pena que o indivíduo cumpre. O fato é mais claramente observado quando se trata de prisões femininas.

Na Colônia Penal Feminina do Bom Pastor (CPF), em Recife, mulheres presas vivem nos dias atuais sem perspectivas de relacionamento sexual com seus parceiros. A Instituição é dirigida por freiras e a repressão sexual é intensa. Apesar de rigoroso controle das expressões da sexualidade, as mulheres encontram formas alternativas de vivê-la, sobretudo através da masturbação e da homossexualidade. Por essas práticas “transgressoras” e “desviantes” da sexualidade, as detentas afirmam-se e se restabelecem como sujeitos.

As manifestações sexuais na CPF são uma forma de contrapoder desafiador das normas institucionais do desprazer.

1. Psicóloga, mestra em Antropologia, terapeuta sexual.

Recebido em 26.01.91

Aprovado em 05.03.91

INTRODUÇÃO

A CPF é a única penitenciária feminina do Estado de Pernambuco, e é dirigida pelas Irmãs do Bom Pastor. Um universo de 50 a 60 pessoas compõe a população carcerária que cumpre pena sob a guarda da Congregação. Estudei esse grupo, buscando compreender o que ali acontece: como se expressa a sexualidade e de que forma ela é controlada pela Instituição; que peso tem, para esse controle, o fato da CPF ser dirigida por religiosas, além de ser uma Instituição Total. Com esse estudo, objetivei fazer uma leitura dos contextos institucionais controladores da sexualidade das detentas e identificar as formas alternativas por elas encontradas de expressar-se num contexto unissexual, onde o sexo é concebido como pecado, como desvio, como dimensão negativa do humano.

Desde 1971, as prisões masculinas em Pernambuco tiveram possibilitadas as "visitas íntimas" - eufemismo utilizado para designar a prática de relações sexuais na prisão, por ocasião da visita da parceira. A CPF continua até hoje sem oferecer as condições para que as detentas recebam as visitas a que têm direito, dada a estrutura religiosa que administra a Instituição. A realidade estudada não é problematização constante nas ciências sociais e humanas, de modo que se verifica grande escassez de estudos científicos da sexualidade nas prisões, particularmente as femininas.

MÉTODO

A abordagem da sexualidade é naturalmente dificultada ao pesquisador, devido à gama de preconceitos que envolve o tema na sociedade. Na CPF, onde o contexto religioso vigia e pune o sexo como prática transgressora, o discurso fica perigoso. O corpo sexual da mulher detida passa a não se revelar facilmente nesse contexto. Torna-se um corpo perseguido, e apenas sob condições de segurança, na certeza do sigilo e na confiança estabelecida, é que ele se revela em sua dimensão sexual.

Por isso, convivi com as detentas durante dois anos, como observadora direta de seu cotidiano. O estudo foi realizado de agosto/86 a fevereiro/88. Utilizei informações obtidas nesse convívio com a população carcerária, além de entrevistas com os funcionários e com a direção da CPF. Selecionei, contudo, dentro de critérios estabelecidos, 16 mulheres para a realização de Histórias de Vida, através das quais busquei uma ordenação cronológica das experiên-

cias sexuais por elas vividas desde a infância até o momento na CPF. A Tabela 1 enfoca as características gerais deste universo.

Tabela 1 – Universo das Histórias de Vida.

Nº	Idade	Tempo na CPF	Enquadramento	Penas	Instrução	Filhos
1	23	3 anos	Art. 157 ¹	46a.	6ªS.	1
2	21	1a.6m.	Art. 157	–	5ªS.	–
3	28	1a.8m.	Art. 121 ²	16a.	1ªS.	2
4	22	2a.	Art. 157	15a.	8ªS.	2
5	33	4a.6m.	Art. 121	43a.	analf.	7
6	23	1a.6m.	Art. 12 ³	6a.	8ªS.	3
7	33	4a.	Art. 157	12a.	5ªS.	2
8	28	1a.6m.	Art. 12	–	3ªS.	2
9	24	3a.6m.	Art. 121	13a.	2ªS.	1
10	32	10m.	Art. 12	4a.	analf.	2
11	24	1a.6m.	Art. 157	2a.8m.	6ªS.	2
12	27	2a.6m.	Art. 12	3a.	4ªS.	2
13	21	2a.6m.	Art. 12	3a.	5ªS.	–
14	36	2a.6m.	Art. 121	12a.	4ªS.	3
15	44	9m.	Art. 12	3a.6m.	analf.	10
16	45	6m.	Art. 12	6a.	1ªS.	2

1. Homicídio.

2. Roubos, assaltos.

3. Lei de tóxico em vigor que “dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou que determinam dependência física ou psíquica e dá outras providências”.

A INSTITUIÇÃO

Na CPF encontram-se dois grupos distintos de mulheres: são as detentas e as freiras, Evas e Marias, prostitutas e virgens, profanas e sagradas, o que é muito significativo para as relações que ali se estabelecem. Também a imagem bíblica da figura do Bom Pastor que carrega nos ombros a “ovelha perdida” é indicadora das relações entre os grupos e do sentido que a sexualidade tem no projeto apostólico das irmãs: sua negação.

A estrutura religiosa da CPF apóia-se no ideal cristão da castidade como um bem maior do que a vivência da sexualidade. A busca da felicidade é orientada para a “outra vida”, desprezan-

do-se a vida terrena e seus prazeres. Vigia-se, controla-se e trabalha-se o corpo das detentas na perspectiva da transformação do espírito. O modelo ascético vivido pelas irmãs é de certa forma implantado na comunidade carcerária, que sobrevive como pode à privação sexual. Concebidas como desviantes, pecadoras, a expectativa mantida para com elas é a do arrependimento. Um modelo alternativo de mulher é então mostrado através de um quadro afixado na sala de visitas da CPF: é Maria Madalena, chorando aos pés de Cristo, símbolo bíblico da mulher arrependida de seus pecados sexuais.

O ambiente físico da CPF é marcadamente vigilante da sexualidade e da “moral”. A sala de visitas é excessivamente decorada com ícones religiosos. O cenário principal da vida das detentas é um pátio central ajardinado, mas, ali também, em meio às plantas, uma grande imagem do Senhor Morto com o corpo chagado lembra às mulheres a meta redentora da Instituição que as guarda. Paradoxalmente a todo esse conjunto “sacralizado”, uma mulher diz: “Isso aqui é um inferno com cara de céu”. Outra reforça essa visão: “Aqui tudo não passa de aparências; é como um túmulo: lindo por fora, podre por dentro”. A violência simbólica da ambientação religiosa parece culpar o desejo.

O CORPO NA INSTITUIÇÃO

A transgressão sexual é, na CPF, a maior fonte de castigos e as mulheres recebem manifestações mais explícitas do próprio desejo. A sexualidade mantém-se aí sob o signo do medo. O trabalho de sujeição do corpo é pensado, calculado pela Instituição, por uma “tecnologia política do corpo” e uma “microfísica do poder”, como diz Foucault. O corpo é confinado e trabalhado para tornar-se dócil, submisso, produtivo e regenerado através de uma “micropenalidade” capaz de administrar o tempo, as atividades, o modo de ser, a sexualidade, a vida do indivíduo. Dá-se uma apropriação social e institucional do corpo das internas.

Toda essa regulamentação, comando de gestos e necessidades, encontra respaldo no pensamento judaico-cristão que vê o corpo como um cárcere da alma. O pensamento e a moral cristãos mantiveram uma grande desconfiança acerca do corpo e da sexualidade. Visto assim negativamente, o corpo deve ser mortificado para silenciar nele o desejo. Desenvolveu-se um tropismo para a dor e uma aversão pelo prazer, condições ascéticas que tornaram-se a base principal da repressão sexual.

AS MULHERES DA CPF

As detentas refletem a fisionomia da sociedade à qual pertencem. Têm corpos marcados por cicatrizes de balas, de peixeradas, por seqüelas ao uso de drogas e seqüelas de maus tratos policiais. Refletem igualmente a cultura e a classe social a que pertencem: tatuagens mal feitas, nomes pelo corpo, uma acentuada "morenidade". São signos diversos, indicadores da baixa condição sócio-econômica-cultural do grupo. As estratégias de sobrevivência da maior parte delas eram a prostituição e o tráfico de maconha. Algumas sobreviviam como "descuidistas" ou "lanceiras", a arte dos pequenos furtos. Outras participavam de assaltos, integrando ou não alguma gang. A maior parte delas fazia uso dos espaços ilícitos que lhes sobrava no mercado de trabalho. Nenhuma delas era proprietária dos campos de plantação de maconha, mas pequenas traficantes da erva. Uma detenta me explicava: "Foi vendendo maconha que comprei os móveis da casa e botei as meninas pra estudar". Outra falava de seu esquema de sobrevivência com tristeza: "Muitas vezes, pra almoçar ou tomar café, eu tive de vender as minhas carnes". A Tabela 2 expressa a realidade econômica do grupo.

Tabela 2 – Renda das detentas ao chegar à CPF*.

Renda	Total
Inexistente	9
0 a 1 salário mínimo	36
1 a 3 salários mínimos	3
3 a mais salários mínimos	4
	52

* Do Relatório do Serviço Social da CPF em outubro/86.

A SEXUALIDADE POSSÍVEL NA CPF

Pelas Histórias de Vida das mulheres, e por ter convivido dois anos com a Instituição, pude observar que o contexto religioso, negador do sexo e controlador de suas manifestações, tornou-se o produtor de uma sexualidade considerada "desviante" e conseqüentemente culpabilizada. Essa sexualidade "adoecida" é um produto institucional.

5. Algumas referem que, em face dos maus tratos sofridos nas relações com os homens, não pretendem mais viver com eles, pois encontraram na homossexualidade mais afeto e camaradagem.

Na impossibilidade da heterossexualidade, é a homossexualidade a principal força propulsora do dinamismo social da Instituição: Os sentimentos, as emoções, as ilusões, os confrontos e as conquistas, assim como as delações e os ciúmes que dão vida ao cotidiano, só podem se expressar nessas relações. Paradoxalmente, a homossexualidade torna-se o fator de sustentação da própria Instituição, um elemento necesário à economia carcerária.

Pelo combate formal à homossexualidade enquanto a prática mais viável da sexualidade, a CPF cumpre seu papel repressor como instituição penal/religiosa. O estigma daí resultante é atribuído não à Instituição que produziu essa condição, mas às mulheres, “cuja carne é fraca”, segundo expressa a direção.

Fica evidente que a maior parte das vivências homossexuais das mulheres é marcada pela contingência unissexual em que vivem. Joel Birman chama a atenção para o papel das condições institucionais na organização dos comportamentos sexuais dos internos. A maior parte da homossexualidade adquire na CPF proporções claras de aprendizagem, de substituição do heterossexualismo. São óbvios os depoimentos destas mulheres:

- “Eu gosto é de homem, mas como aqui não tem, eu pego uma mulher pra gente se gostar”.

- “Eu gosto é de homem, mas aqui na cadeia tenho que ter uma mulher pra me ajudar a aguentar a pena”.

Algumas dizem ter encontrado na homossexualidade mais afeto e companheirismo, e há quem tenha descoberto uma nova dimensão para a vida: “A emoção de viver com Roberta supera tudo o que já vivi com três homens. Agora, eu só quero ela”.

Birman acha que a sexualidade na Instituição tem uma prática transgressora, através da qual o interno se restabelece como sujeito. Despojado de tudo, resta ao indivíduo o próprio corpo, que não pode ser totalmente submetido à vontade institucional. É através desse resíduo que ele tenta reencontrar o seu lugar social, impondo-se como gozo. É desta forma que o interdito estimula a transgressão. Na CPF, a Instituição reforça o que quer reprimir.

A constante mortificação a que está submetida a mulher presa é desafiada pela força transgressora, através da qual ela se descobre ainda viva, dona do próprio corpo, sujeito de alguma ação e capaz do prazer. As manifestações sexuais na CPF são um contrapoder desafiador às normas institucionais do desprazer. Essas práticas, que na ótica da Instituição e de alguns teóricos podem ser chamadas de

“desvios” ou “patologias”, possibilitam à mulher da CPF a certeza de que ainda é alguém, que não morreu totalmente e que ainda se identifica com alguma parte de si mesma. Elas se restabelecem vivendo suas fantasias, escrevendo seus poemas, masturbando-se, seduzindo suas parceiras, trocando afagos nos lugares e oportunidades esquecidos pelo sistema controlador. No pátio aberto e sob a luz do sol, desafiam a vigilância e roubam beijos e carícias às suas parceiras. É a prática “desviante” da sexualidade, uma forma silenciosa de continuar a existir.

A masturbação parece generalizada. A afirmativa mais geral é: “Aqui todo mundo se masturba”. Contudo, encontrei um verdadeiro tabu para a fala da própria masturbação. Questionando algumas mulheres sobre esta dificuldade, elas alegam ser “uma coisa feia, que faz mal e é pecado”. Essa atitude reflete os tabus presentes tanto na sociedade como no contexto religioso da Instituição, que considera o auto-erotismo pecaminoso. Apenas três mulheres falaram claramente da própria masturbação, e mesmo assim era uma espécie de lamento, culpa ou vergonha: “Eu sei que Deus vê, que a Ele não se engana, mas eu me masturbo, que eu não vou ficar doida, né?”. “Satisfazer-se só, dá ódio desse povo daqui, da direção”. “Quando estou com muito desejo eu me masturbo, que é que eu posso fazer?”. Algumas falam negativamente, vendo na masturbação uma forma diminuída da sexualidade, desvalorizada e pouco digna de ser vivida: “Aqui todo mundo se masturba, mas muita gente tem vergonha disso”. “Quando tenho desejos, aí eu me lembro dos bons momentos, às vezes até choro. Mas depois rezo e peço a Deus pra me esquecer”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repressão sexual já existente na sociedade sobre a mulher é intensificada na CPF pela própria condição de ser uma Instituição Total, unissexual e religiosa. De forma sutil e eficiente, a religião colaborou com esse processo, culpabilizando o desejo, condenando e adoecendo qualquer expressão da sexualidade. Essa condição de culpa inscreve-se na base do eu, na experiência mesma da pessoa, e desenvolve sentimentos inquietantes ante a sexualidade, como se ela não fosse um bem em si, mas algo perturbador, indevido, indesejado.

A sexualidade, porém, é uma dimensão muito especial da pessoa. Mesmo sob a mais intensa repressão ela encontra formas próprias de realização. Quanto mais intensamente é reprimida, mais criativos e inesperados são seus canais de expressão. A sexualidade

desafiada pela vigilância e pelos princípios religiosos da CPF é intensamente vivida. Driblando o olho mágico do poder, as mulheres desafiam, contrapõem-se e reafirmam sua identidade ameaçadora. Na descoberta de seus corpos prazerosos, elas ainda se sentem vivas e capazes.

O tratamento dispensado às detentas tem sido apenas punitivo, e não reeducativo ou reabilitador como se pretende. Os espaços ociosos do cotidiano da CPF são destrutivos. Não há ocupações educativas e remuneradas capazes de prepará-las profissionalmente.

A vida na Instituição Total leva as pessoas a uma perda de identidade e cidadania. É inconcebível nos dias atuais que ainda se proíba alguém de ler jornais ou revistas atualizadas, mas isto ocorre na CPF. Mantê-las desinformadas, alienadas, é mais uma das estratégias de dominação que lá se mantém.

A Igreja Renovada da América Latina coloca-se ao lado dos oprimidos e convoca de certo as Irmãs do Bom Pastor para se posicionarem ao lado das mulheres marginalizadas, lutando com elas e não contra elas. Algumas das religiosas dessa Congregação, entendendo o novo tempo em que se vive, comungam com os apelos de renovação e lutam por dias mais justos e humanos, discordando inclusive do papel de carcereiras ainda exercido por algumas em Pernambuco.

Os jornais locais comentaram esta pesquisa e uma grande reportagem foi feita pelo Jornal do Comércio em 14/8/89. O fato teve repercussões. Atualmente as Irmãs do Bom Pastor já não dirigem a CPF. Recentemente entregaram a direção ao Estado.

Inquieta-me a consciência de que este trabalho denuncia uma realidade que não tem solução sem a mudança das estruturas sociais. Sem essa mudança, por certo apenas os pobres continuarão superlotando as penitenciárias. Assim, a sociedade vai repetindo o histórico e desumano gesto da institucionalização que separa “bons” e “maus”, que estigmatiza, que marca pessoas como seres diferentes. A ordem fica assim estabelecida.

Não há como concluir. Deixo a reflexão proposta por Sartre: “O essencial não é aquilo que se fez do homem, mas aquilo que ele fez do que fizeram dele”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BALANDIER, G. *Antropológicas*. São Paulo, Cultrix, 1976.
2. BIRMAN, J. *Sexualidade na Instituição Asilar*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.

3. BOTAS, P. C. L. A perversão da ternura. *In: Macho Masculino Homem*. Porto Alegre, L&PM, 1986.
4. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1984.
5. _____. *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
6. FRANKL, V. *Um Psicólogo no Campo de Concentração*. Lisboa, Editorial Aster, s.d.
7. FREUD, S. Una teoria sexual. *In: Obras Completas. Vol. 1*. Madrid, Biblioteca Nueva, 1967.
8. _____. El Malestar en la Cultura. *In: Obras Completas. Vol. III*. Madrid, Biblioteca Nueva, 1967.
9. GOFFMAN, E. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo, Perspectivas, 1974.
10. _____. *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
11. LEVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967.
12. OLIVIER, C. *Les Enfants de Jocaste*. Paris, Denoel Gonthier, 1980.
13. RIGOL, P. *Sociologia do Terceiro Mundo*. Petrópolis, Vozes, 1977.
14. RODRIGUES, J. C. *Tabu do Corpo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1983.